

A percepção do bem-estar financeiro dos beneficiários do programa minha casa minha vida

RAFAEL RUDOLFO KREUTZ

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (UERGS)
rafael.kreutz@gmail.com

KELMARA MENDES VIEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)
kelmara@smai.ufsm.br

LUANA DOS SANTOS FRAGA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS)
luana.fraga92@gmail.com

PERCEPÇÃO DE BEM-ESTAR FINANCEIRO DOS BENEFICIARIOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os investimentos habitacionais ganharam relevância na economia brasileira, principalmente devido a implantação, no ano de 2009, do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).. É uma iniciativa do Governo Federal, em parceria com empresas, municípios e estados, e tem como principais objetivos atender às necessidades de habitação da população com diferentes níveis de renda; gerar empregos através de novos investimentos na construção civil; combater o déficit habitacional; impulsionar a economia e proporcionar oportunidades de desenvolvimento para o país (CEF, 2015a).

O Programa teve destaque particular, pois permitiu combater a recessão num momento de crise (SNH/MCIDADES, 2014). Todavia, mesmo com a grande amplitude do Programa e altos investimentos, o cenário econômico e político sofreu mudanças ao longo desses últimos anos, tornando-se menos favorável a investimentos e aumentando os níveis de endividamento e inadimplência, incluindo de financiamento habitacional. De acordo com estudos da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2016), o percentual de famílias brasileiras endividadas com financiamento de casa em janeiro de 2010, era de 3,1%, contudo, em dezembro de 2016, o percentual aumentou para 7,2%.

Tratando-se dos fatores que expliquem esse aumento do endividamento e inadimplência dos indivíduos, ressalta-se a falta de planejamento e controle dos gastos (SANTOS; SILVA, 2014) e o baixo nível de conhecimento sobre como administrar os recursos, muitas vezes escasso (LUSARDI; TUFANO, 2009; SHIM *et al.*, 2009; MENDES-DA-SILVA; NAKAMURA; MORAES, 2012; PICCINI; PINZETTA, 2014). Outro fator é o desemprego e a inexistência de uma reserva para incidentes e imprevistos, fazendo com as famílias na hora de pagarem suas dívidas não tenham os recursos necessários para quitá-las (ZERRENNER, 2007). Diante disso, nota-se que nem sempre os indivíduos exercem bons comportamentos e atitudes financeiras, além de não possuírem conhecimento adequado sobre finanças, o que demonstra falta de alfabetização financeira, conceituada pela OECD (2013b) como uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para tomar decisões financeiras acertadas.

Salienta-se que além dos prejuízos econômicos que a falta da alfabetização financeira pode levar, tem-se os relativos ao BEF dos indivíduos, o qual Shim *et al.* (2009) compreendem como o sentimento em relação a situação financeira. Os autores afirmam que as ameaças ao BEF são determinadas pela facilidade que a contemporaneidade proporciona na execução de compras, pela disponibilidade de crédito e meios acessíveis para empréstimos e cartões de crédito.

Para Lyons e Yilmazert (2005) o BEF do indivíduo está atrelado a uma questão social e político econômica, pois na percepção dos mesmos as famílias que são mais afetadas pelas preocupações financeiras são as de faixa de renda média e baixa. Dessa forma, o bem-estar trona-se um ciclo vicioso que envolve questão ligadas a problemas financeiros, baixa renda e saúde, ou seja, para os autores as condições de saúde precárias ou debilitadas afetam diretamente o indivíduo na sua capacidade de trabalho e a geração de renda. Essas dificuldades propiciam renda insuficiente para a satisfação das necessidades básicas e cuidados médicos, os quais, por consequência, afetam diretamente a capacidade de pagamento familiar.

Como inovação da pesquisa, tem-se o fato do tema ser estudado em público específico, o qual foi beneficiado pelo PMCMV com a facilidade de acesso a financiamentos para aquisição da casa própria, o que gera externalidades positivas em diversos aspectos da vida e é um sonho

para milhares de indivíduos. Isto posto, fica evidente a relevância de investigar o BEF, pois além do simples fato de trazer como resultado a identificação do sentimento dos beneficiários em relação as suas condições financeiras presentes e futuras, o Programa Minha Casa Minha Vida tem como objetivo buscar o aumento das condições de bem-estar das famílias participantes. Nesse sentido, a identificação do nível de BEF dos beneficiários é uma das maneiras possível para analisar o alcance deste objetivo.

Partindo desse contexto o objetivo do estudo foi analisar a percepção dos beneficiários do programa Minha Casa Minha Vida quanto ao seu bem-estar financeiro.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Bem-esta Financeiro

O Bem-estar Financeiro é descrito por Arber, Fenn e Meadows (2014) como a classificação auferida por cada indivíduo em relação à adequação de sua renda para satisfazer suas necessidades gerais. Também é definido como um estado no qual o indivíduo consegue cumprir totalmente suas obrigações financeiras atuais e em andamento, sentindo assim seguro sobre seu futuro financeiro e apto a realizar escolhas que a permitam aproveitar a vida (CFPB, 2015). Alguns elementos foram destacados pelo CFPB (2015) como inerentes ao BEF: i) Ter controle sobre as finanças, e ser capaz de pagar contas em dia, não possuindo dívidas incontrolláveis, ou seja, ser capaz de cumprir com às despesas nos prazos corretos; ii) Ter uma reserva financeira caso ocorram despesas inesperadas e emergências, além de possui seguro de saúde, e bom crédito, e ser capaz de confiar em amigos e familiares caso seja necessária alguma assistência financeira; iii) Ter objetivos, como guardar uma quantidade de recursos mensalmente para a aposentadoria e estar no bom caminho para atingir metas impostas também faz as pessoas se sentirem em boa forma financeiramente; iv) Ser capaz de fazer escolhas que permitem aproveitar a vida, como tirar umas férias, desfrutar de uma refeição fora, voltar para a escola para perseguir um grau mais avançado de estudo, ou trabalhar menos para passar mais tempo com a família, foram fatores também considerados como essenciais para o BEF

Ao serem analisados esses elementos, observa-se que a conceituação de BEF compreende preocupações não só com o presente, mas também com o futuro e o passado. As experiências passadas, as atuais e as expectativas e projeções financeiras são atributos consideráveis para o entendimento do BEF (CHAN; CHAN; CHAU, 2012; MALONE *et al.*, 2010; PORTER, GARMAN, 1993). Já Chan, Chan e Chau (2012) analisam como determinante as preocupações financeiras atuais. No quadro 1 são apresentados os principais elementos do BEF, no presente e no futuro.

Quadro 1 - Principais elementos do Bem-estar Financeiro, no presente e futuro

Elementos	Presente	Futuro
Segurança	Controle sobre as finanças do dia-a-dia.	Capacidade de lidar com um contratempo financeiro.
Liberdade de escolha	Liberdade escolha financeira para aproveitar a vida.	Estar no caminho certo para atingir seus objetivos financeiros.

Fonte: Adaptado de CFPB (2015).

Cada pessoa possui diferentes anseios e concepções acerca do futuro, Delafrooz e Paim (2011) complementam, ao considerarem o BEF como um construto que inclui a satisfação financeira, mas também a percepção ou avaliação subjetiva dos recursos financeiros, estabilidade, bem como o valor objetivo dos bens. Nesse sentido, Chuan, Kai e Kok (2011)

ênfatizam a transferência de recursos financeiros e rendas entre gerações nas famílias, o que gera certa estabilidade e segurança na família.

Contudo, nem sempre os indivíduos estão em situação estável em relação às suas finanças, diante disso evidencia-se muitos fatores que podem influenciar no BEF, sendo estes relacionados às finanças ou não e que ultrapassam prisms objetivos limitados à renda, abrangendo também aspectos comportamentais, psicológicos e subjetivos do ser humano (DINIZ, 2013). No relatório do CFPB (2015) são destacados cinco fatores que mais influenciam o BEF: personalidade de atitude, contexto decisório, oportunidades, conhecimento e habilidades, comportamento.

Além desses fatores, e por se tratar de uma percepção dinâmica, o BEF também pode ser alterado em decorrência do ciclo de vida das pessoas, com relação não somente à idade, mas com outros fatos marcantes, como o nascimento de uma criança, o casamento ou a dissolução matrimonial (PLAGNOL, 2011). Verifica-se também que compradores compulsivos, bem como, indivíduos materialistas possuem uma maior probabilidade de minimizarem suas percepções de BEF, pois costumam consumir além de suas condições monetárias desencadeando desconfortos e preocupações financeiras (GUTTER; COPUR, 2011).

Argumenta-se que a satisfação financeira precisa ser entendida dentro do contexto do estilo de vida e do rendimento disponível das famílias. Isso implica que quanto maior a dívida em relação à renda, menor a satisfação financeira. O que significa que um aumento no rendimento, não pode se traduzir em aumento da satisfação financeira, se o nível da dívida é relativamente alto (VLAEV; ELLIOTT, 2014). Norvilitis *et al.* (2006), ao investigarem os fatores associados à dívida no cartão de crédito de estudantes universitários observaram que o nível de endividamento exerce influência direta sobre o BEF. Comportamentos financeiros adequados (FALAHATI; SABRI; PAIM, 2012), boa atitude financeira (DOWLING; TIM; HOILES, 2009) e elevado nível de conhecimento financeiro (SHAMBARE; RUGIMBANA, 2012) influenciam positivamente no BEF, pois o sentimento de Bem-estar Financeiro pode ser decorrente do consumo consciente, dispêndio estes que evita níveis altos de endividamento (LOWN; JU, 1992).

Sendo assim, gerir os recursos de forma consciente é o método mais conveniente para a manutenção do BEF (PLAGNOL, 2011). Todavia, existem também as chamadas oportunidades para o BEF, entendida como a presença de fatores tais como contexto macroeconômico, riqueza da família, contatos sociais, acesso à educação e local de moradia. Apesar dessas oportunidades não serem por si só suficientes para promover o bem-estar, se acompanhadas de um bom comportamento, é possível aproveitá-las e alcançar a satisfação financeira (CFPB, 2015). Diante desse contexto, constata-se que as pessoas sentem-se satisfeitas financeiramente quando se encontram em boas condições, não só monetárias como também de saúde, educação e relacionamento (O' NEILL *et al.*, 2005).

2.1.1 Bem-estar Financeiro e relação com as variáveis socioeconômicas e demográficas

Tratando-se do gênero, identifica-se que os homens possuem maiores níveis de BEF do que as mulheres (SHIM *et al.*, 2009, GUTTER; COPUR, 2011). Leach, Hayhoe e Turner (1999) relatam que as mulheres normalmente apresentam maiores indícios de adversidade econômica ou *stress* relacionado a finanças, afetando assim a sua percepção de BEF. Considerando as variáveis dependentes e filhos, os estudos de Penn (2007) e Kunkel (2014) demonstram que o número de crianças ou dependentes em casa se constitui em um fator que influencia negativamente o Bem-estar Financeiro.

No que tange à variável idade, Xiao, Sorhaindo, Garman (2006), Plagnol (2011) e Kunkel (2014) identificaram que indivíduos mais velhos apresentam maior bem-estar

financeiro se comparados aos mais jovens. Segundo Plagnol (2011) essa relação pode ser explicada por dois fatores principais, primeiro pelo fato de que o aumento da idade tende a reduzir as aspirações materiais, minimizando, também, a necessidade de gastar em níveis superiores ao poder de pagamento. Em segundo lugar, com o avançar da idade normalmente ocorre uma acumulação de ativos financeiros capazes de proporcionar segurança e provavelmente reduzindo a tensão emocional em relação às dívidas.

No que diz respeito ao estado civil, os estudos são incongruentes ao apontar se indivíduos solteiros ou casados são mais propensos à satisfação financeira. Sumarwan (1990) e Diniz *et al.* (2014, 2015) concluíram que indivíduos casados são mais propensos a serem satisfeitos com os recursos e os bens que possuem em relação a indivíduos solteiros, divorciados ou viúvos. Em contrapartida, Gutter e Copur (2011) afirmam, em seu trabalho com alunos de uma universidade, que os solteiros possuem significativamente maior Bem-estar Financeiro em relação aos casados, divorciados ou viúvos.

Analisando a variável grau de escolaridade, também são inconclusivos os resultados das pesquisas sobre Bem-estar Financeiro. Lown e Ju (1992) e Diniz *et al.* (2014, 2015) concluíram que aqueles com maior nível educacional tendem a ser mais satisfeitos financeiramente. Corroborando a ideia Penn (2007) observou que os indivíduos com diploma universitário, apresentam uma melhor percepção de BEF. O autor justifica que um diploma universitário geralmente está associado a empregos mais seguros, com taxas de desempregos mais baixas e rendimentos mais elevados, fatores que são positivamente relacionáveis com o Bem-estar Financeiro. Em contrapartida, Plagnol (2011) relata que os indivíduos com um grau de escolaridade mais elevado possuem aspirações mais altas e, portanto, são menos satisfeitos com a sua situação financeira. O autor relata que a satisfação financeira não se constitui apenas em uma questão de renda, mas também em função das aspirações e expectativas de cada um.

Quanto à ocupação, de acordo com Sumarwan (1990) os aposentados possuem maior satisfação financeira em relação àqueles que são empregados ou desempregados. Salienta-se que estar desempregado influencia negativamente no BEF, pois remete a perda de renda, a impossibilidade de acumulação de economias e remete a um cenário de ansiedade relacionada com a situação financeira (SUMARWAN, 1990, PLAGNOL, 2011). Diniz *et al.* (2015) identificou em sua pesquisa, que a auto percepção de bem-estar financeiro é maior no grupo de ocupação funcionário público.

No que diz respeito à variável renda, Delafrooz e Paim (2011) e Gutter e Copur (2011) observaram em seus estudos, que a variável tem coeficiente significativo e correlação positiva com o BEF. Para Penn (2007), o aumento da renda familiar está diretamente relacionado com a auto percepção de segurança financeira. De forma análoga, Kunkel (2014) ao pesquisar o BEF, observou que quem possuía rendimento mensal entre R\$1.450,00 a R\$ 3.620,00 são os que apresentam maiores níveis de BEF. No mesmo sentido, Diniz *et al.* (2014) verificaram que renda superior a R\$ 4.000,00 apresentam maior nível de bem-estar e satisfação financeira. Ao investigarem o BEF no Reino Unido, Vlaev e Elliott (2014) observaram que cerca de 37% dos respondentes não consideram possuir um excelente nível de BEF devido a insuficiência de renda. No quadro 2 apresenta-se uma síntese do BEF e relação com as variáveis socioeconômicas e demográficas

Quadro 2 - Síntese da relação entre as variáveis socioeconômicas e demográficas e o Bem-estar Financeiro

Variável	Relação esperada	Autores
Gênero	Homens possuem maiores níveis de Bem-estar Financeiro.	Shim <i>et al.</i> (2009); Gutter e Copur (2011); Leach, Hayhoe e Turner (1999)
Dependentes	Dependentes em casa influencia negativamente o Bem-estar Financeiro.	Penn (2007); Kunkel (2014)

Idade	Indivíduos mais velhos apresentam maior bem-estar financeiro se comparados aos mais jovens.	Sumarwan (1990); Xiao, Sorhaindo, Garman (2006); Plagnol (2011); Kunkel (2014)
Estado Civil	Indivíduos casados possuem maior BEF.	Sumarwan (1990) e Diniz <i>et al.</i> (2014, 2015)
	Indivíduos solteiros possuem maior BEF.	Gutter e Copur (2011)
Escolaridade	Indivíduos com maior nível educacional tendem a apresentar maior BEF.	Lown e Ju (1992); Diniz <i>et al.</i> (2014, 2015); Penn (2007)
	Indivíduos com menor nível educacional tendem a apresentar maior BEF.	Plagnol (2011)
Ocupação	Os aposentados possuem maior BEF em relação àqueles que são empregados ou desempregados.	Sumarwan (1990); Plagnol (2011)
	Funcionários públicos possuem maiores níveis de BEF.	Diniz <i>et al.</i> (2015)
Renda	Indivíduos com maiores níveis de renda apresentam maior BEF.	Sumarwan (1990); Delafrooz e Paim (2011); Gutter e Copur (2011); Penn (2007); kunkel (2014); Diniz <i>et al.</i> (2014); Vlaev e Elliott (2014)

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

2.2 Programa minha casa minha vida

Como tentativa de solucionar os problemas habitacionais e promover o desenvolvimento econômico do país, foi emitida em 25 de março de 2009 a Medida Provisória nº 459/09, convertida na Lei nº 11.977, que implantou o Programa Minha Casa Minha Vida. A criação do Programa partiu da premissa de que o acesso à moradia regular é condição básica para todos os indivíduos, inclusive os pertencentes a famílias de baixa renda, para que assim possam superar suas vulnerabilidades sociais e alcançar a efetiva inclusão na sociedade brasileira. Contudo, para que isso seja possível, torna-se essencial o acesso ao financiamento habitacional para estas famílias que não têm capacidade de poupança, exigindo condições especiais e subsidiadas pelo governo (SHIMIZU, 2010).

O Programa estabelece parcerias entre o governo federal, estados, municípios e iniciativa privada, sendo que para que sejam aprovados, os projetos passam pela análise da Caixa Econômica Federal. Como prioridade tem-se os projetos destinados a atender demanda habitacional decorrente de crescimento demográfico resultante do impacto de grandes empreendimentos e/ou situação de emergência ou de calamidade pública (CEF, 2015g).

No período de análise dos empreendimentos, a área de Engenharia da Caixa Econômica Federal também analisa o entorno para verificar se existem os equipamentos sociais essenciais, como escolas, creches, postos de saúde e postos policiais, e se esses são suficientes para atender à nova demanda. Caso não sejam suficientes, verifica-se junto à prefeitura se há terreno disponível para a construção desses equipamentos e disposição do poder público municipal para mantê-los depois de concluídos. Existindo terreno e disposição da prefeitura em manter os equipamentos, a União disponibiliza recursos necessários para sua construção, o que ocorre simultaneamente à produção das unidades habitacionais (CEF, 2015i). Outro aspecto de grande relevância é a contratação de soluções para infraestrutura, como: abastecimento de água, esgotamento sanitário, pavimentação, energia elétrica, iluminação pública e coleta de resíduos sólidos (CEF, 2015i).

Quanto ao o acesso à aquisição da casa própria, para indivíduos de diferentes classes de renda fosse atendido, foram criadas inicialmente três faixas de financiamento, de acordo com o salário mínimo: onde de 0 a 3 salários mínimos, correspondia a Faixa 1, acima de 3 até 6 salários, Faixa 2 e acima de 6 até 10 salários mínimos, Faixa 3 (ANDRADE, 2012). Contudo, com o passar dos anos foram ocorrendo atualizações, sendo uma delas em relação à faixa de renda dos beneficiários, passando para valores absolutos, em vez de salários.

Na Faixa 1, a renda mensal familiar era de até R\$ 1.600,00. A faixa 2 era destinada a famílias com renda mensal de até R\$ 3.275,00. E na Faixa 3, se enquadravam famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00, (SNH/MCIDADES, 2014). Salienta-se, que para esse trabalho, as faixas de renda foram consideradas conforme esses valores, os quais foram válidos até fevereiro de 2016.

3. MÉTODO

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, quantitativa e survey.

3.1 População e Amostra

O estudo compreende os beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida da Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense. Salienta-se, que para tornar operacionalizável a pesquisa, devido a escassez de recursos e o tempo para aplicação dos instrumentos, optou-se por ser realizada a aplicação dos questionários em três cidades que representam cada Microrregião que compõe a Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense.

O interesse de investigar esse público se deu inicialmente pela identificação de uma lacuna na literatura, pois os principais estudos que envolvem a temática beneficiários do PMCMV foram desenvolvidas em cidades de maior porte ou em alguns casos em apenas uma cidade. Para ratificar essa assertiva destacam-se alguns desses estudos. SNH/MCIDADES (2014) estudaram a satisfação do Programa Minha Casa Minha Vida, tendo como universo da pesquisa os beneficiários do PMCMV da Faixa 1, de todo o país. No Rio Grande do Sul foram pesquisados um empreendimento localizado em Uruguaiana, quatro em Porto Alegre, dois em Santa Maria e um em Bento Gonçalves. Visualiza-se assim que cidades menores não estavam no escopo da pesquisa. Considerando também a satisfação dos beneficiários da Faixa 1, com o objetivo de avaliar o impacto do Programa, Cunha (2012) realizou sua pesquisa em uma única cidade, Parnamirim (RN). Outro trabalho em relação ao PMCMV, foi realizado por Rizek, Amore e Camargo (2014), contudo, apenas na cidade de São Paulo.

Esse panorama evidencia a falta de estudos na região proposta, que sejam realizados diretamente com os beneficiários do PMCMV, envolvendo as três faixas de renda do Programa, e que tratem de temáticas que vão além da satisfação. Diante disso, visualiza-se a necessidade de estudos que se aprofundem na compreensão de determinados assuntos com famílias de baixa, média e alta renda em uma conjuntura específica como a Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense.

Para identificar a população a ser investigada utilizaram-se os dados disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos no mês de outubro de 2015, em que constavam existir 10.945 beneficiários do PMCMV na mesorregião. Assim, a coleta foi realizada com base no número de beneficiários correspondentes a cada uma das três cidades pesquisadas (PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS, 2015).

Considerando a amplitude dessa população alvo, busca-se por meio do processo de amostragem minimizar o número de entrevistados (MATTAR, 2005). Para calcular o processo de amostragem considerou-se um erro amostral de 4%, com 95% de confiança e uma população finita de 10.945 indivíduos que representam o total de beneficiários da região escolhida para o estudo. A amostra a ser investigada é de 554 indivíduos beneficiados com o PMCMV, distribuídos proporcionalmente entre as três cidades conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1- População e amostra de beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida em cada cidade pesquisada

População	Amostra
-----------	---------

Microrregião	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Total	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Total
Restinga Seca	175	146	5	326	14	11	0	25
Santa Maria	1912	4010	370	6292	150	314	29	492
Santiago	39	408	18	465	3	32	1	36
Total	2126	4564	393	7083	166	357	31	554

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do Portal Brasileiro de Dados Aberto (2015).

3.2 Instrumento:

Para coletar os dados utilizou-se um questionário estruturado com 21 questões, subdivididas em três blocos. O instrumento de pesquisa passou por duas etapas antes de sua aplicação, sendo estas: avaliação de especialistas e pré-teste. O quadro 3 apresenta um resumo das questões abordadas na pesquisa contendo o tema de cada bloco, a quantidade de variáveis ou componentes e as referências utilizadas para elaborar o instrumento de coleta de dados

Quadro 3- Resumo do instrumento de coleta de dados

Tema	Questões	Referências
Bem-estar Financeiro	Primeiro Bloco (Afirmções): 1. Você poderia lidar com uma grande despesa inesperada, 2. Você está garantindo o seu futuro financeiro, 3. Por causa da sua situação financeira, você sente que nunca terá coisas que quer na vida, 4. Você pode aproveitar a vida devido à maneira como está administrando o seu dinheiro, 5. Você está apenas sobrevivendo financeiramente, 6. Você está preocupado (a) que o dinheiro que tem ou terá economizado pode não ser suficiente. Segundo Bloco (Afirmções): 7. Dar um presente de casamento, aniversário ou outra ocasião, 8. Colocaria em dificuldades suas finanças do mês, 9. Você tem dinheiro sobrando no final do mês, 10. Você não está em dia com as suas finanças, 11. Suas finanças controlam sua vida.	CFPB (2015).
Perfil	Terceiro Bloco (Perguntas): 12. Idade, 13. Gênero, 14. Estado Civil, 15. Possui dependentes, 16. Qual seu nível de escolaridade, 17. Quantas pessoas moram com você atualmente, 18. Quem trabalha na sua família, 19. Quem contribui com as despesas da casa, 20. Qual a sua ocupação, 21. Qual é aproximadamente a renda mensal de todas as pessoas que moram nesse domicílio.	Elaborado pelos autores

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

3.2 Forma de Coleta de Dados

Os entrevistadores se deslocavam até conjuntos habitacionais e condomínios e abordavam as pessoas, e identificavam pessoas dispostas a participar da pesquisa. A coleta de dados ocorreu em formato de entrevista. O pesquisador leu cada uma das perguntas e o entrevistado acompanhou, respondendo uma a uma

3.3 Técnica de análise dos dados

A fim de verificar se há diferenças no BEF, se consideradas as faixas de financiamento do PMCMV e variáveis socioeconômicas e demográficas, aplicaram-se os testes de diferença de média (teste *t*) e análise de variância (ANOVA). Para averiguar as diferenças de média entre dois grupos (no caso da faixa de financiamento, gênero e possuir dependentes) foi utilizado o teste *t* de *Student*, o qual compara a média de uma variável em um grupo com a média da mesma variável em outro grupo. Já para variáveis com mais de dois grupos (no caso da idade, estado civil, nível de escolaridade, ocupação e renda) aplicou-se a análise de variância (ANOVA), a qual permite comparar, simultaneamente, a média de vários grupos.

Para a formação dos grupos a serem testados foram consideradas uma variável referente à faixa de financiamento e sete variáveis de perfil: idade, gênero, estado civil, possui dependentes, escolaridade, ocupação e renda mensal familiar. A variável faixa de financiamento foi transformada em uma variável com dois grupos, pertencendo ao grupo 1 indivíduos que possuem financiamento pela Faixa 1 do programa e ao grupo 2 os que possuem financiamento pelas Faixas 2 e 3. Optou-se por juntar as faixas 2 e 3, pois são muito semelhantes quanto a forma de pagamento e pelo pequeno número de beneficiários e respondentes da Faixa 3. A variável idade foi organizada em 4 grupos, sendo o grupo 1 formado com os indivíduos mais novos (até 29 anos), o grupo 2 com idades entre 30 e 36 anos, o grupo 3 entre 37 e 48 anos e grupo 4 com as maiores idades (mais que 48 anos). A divisão dos respondentes foi realizada a fim de possibilitar uma análise mais apurada de acordo com diferentes faixas de idade. A variável renda foi organizada em 4 grupos, conforme era a divisão para a concessão os diferentes benefícios do PMCMV até março de 2016. Assim o grupo 1 foi composto por beneficiários com renda mensal familiar de até R\$ 1.600,00, o grupo 2 com renda entre R\$ 1.600,01 e R\$ 3.275,00, o grupo 3 com renda entre R\$ 3.275,01 e R\$ 5.000,00 e o grupo 4 com renda acima de R\$ 5.000,00. A análise das diferenças foi feita com base na média dos grupos e nos testes *Post-Hoc*.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A fim de verificar se existe diferença de média no BEF, se consideradas as faixas de financiamento do PMCMV as socioeconômicas e demográficas foram realizados os testes *t* e ANOVA. A apresentação das significâncias dos testes encontra-se na Tabela 2. Nos casos de diferenças de médias significativas em pelo menos um dos grupos comparados (para variáveis com mais de dois grupos) realizou-se o teste *Post-Hoc*.

A escala de Bem-estar Financeiro pode variar entre 0 e 40, sendo que quanto maior a média, maior o BEF. A média entre os respondentes foi de 21,759, o que demonstra um nível intermediário de bem-estar financeiro, o que sugere que os indivíduos ainda precisam evoluir em muitos aspectos financeiros, como se adaptar a poupar, nem que seja uma quantia mínima mensalmente, garantindo assim o futuro financeiro, e conseguindo aproveitar a vida, para atingir uma maior satisfação com as finanças. Na tabela 2 é apresentado as médias dos grupos quanto a variáveis sócio- demográficas quanto ao Bem-estar financeiro.

Tabela 2- Médias dos grupos com diferença no fator Bem-estar Financeiro

Variáveis	Grupos	Média
Faixa de Financiamento	Faixa 1	16,892
	Faixas 2 e 3	23,870
Gênero	Masculino	24,332
	Feminino	20,473
Dependentes	Não possui	24,046
	Possui	19,721
Idade	Até 29 anos	23,418
	De 30 à 36 anos	21,546
	De 37 à 48 anos	21,275
	Acima de 48 anos	20,614
Estado Civil	Casado(a)	22,595
	Solteiro(a)	20,691
	Viúvo(a)	20,583
	Separado(a)	19,500
Escolaridade	Nunca estudei.	15,429
	Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série.	17,159
	Ensino Fundamental de 5ª a 9ª série.	18,027

	Ensino Médio.	21,692
	Curso Técnico.	23,342
	Faculdade (Ensino Superior).	25,628
	Especialização ou MBA.	24,174
	Mestrado/Doutorado/Pós-Doutorado.	26,500
Ocupação	Assalariado com carteira de trabalho assinada.	22,745
	Assalariado sem carteira de trabalho	20,375
	Funcionário Público.	24,655
	Autônomo regular.	24,170
	Empresário.	24,067
	Free-lance/Bico.	15,000
	Dona de casa.	17,429
	Só aposentado.	21,886
	Só estudante.	19,500
	Desempregado (à procura de emprego).	17,409
	Desempregado (não procura emprego).	15,250
	Outra.	17,292
	Renda Familiar	Até R\$1.600,00
De 1.600,01 à 3.275,00		21,200
De 3.275,01 à 5.000,00		24,343
Acima de 5.000,00		29,929

Fonte: Resultados da pesquisa (2017).

Já na tabela 3 Teste *Post-Hoc HDS* de *Tukey/Games-Howell*, são apresentadas a diferença de média e significância para cada nível de idade, escolaridade, ocupação e renda que apresentaram diferença significativa do fator Bem-estar Financeiro

Tabela 3 - Diferença de médias quando ao fator Bem-estar financeiro

		Variáveis	Diferença de média	Sig.
Idade ¹	Até 29 anos	Acima de 48 anos	2,804	0,040
	Escolaridade ²	Ensino Médio	Fundamental 1ª à 4ª	4,532
Curso Técnico		Fundamental 1ª à 4ª	6,183	0,002
		Fundamental 5ª ao 9º	5,315	0,034
Faculdade		Fundamental 1ª à 4ª	8,469	0,000
		Fundamental 5ª ao 9º	7,601	0,000
		Ensino Médio	3,937	0,000
Mestrado/Doutorado/Pós-Doutorado	Fundamental 1ª à 4ª	9,341	0,009	
	Fundamental 5ª ao 9º	8,473	0,024	
Ocupação ¹	Assalariado com carteira de trabalho assinada	Free-lance/Bico.	7,745	0,004
		Dona de casa.	5,316	0,023
	Funcionário Público	Free-lance/Bico.	9,654	0,001
		Dona de casa.	7,226	0,004
		Desempregado (à procura de emprego).	7,245	0,031
		Desempregado (não procura emprego).	9,404	0,023
		Outra	7,363	0,018
	Autônomo Regular	Free-lance/Bico.	9,170	0,002
		Dona de casa.	6,741	0,010
Outra		6,878	0,035	
Re nd a ²	De R\$1.600,01 à \$3.275,00	Até R\$1.600,00	5,093	0,000
	De 3.275,01 à 5.000,00	Até R\$1.600,00	8,235	0,000

		De R\$1.600,01 à R\$3.275,00	3,143	0,001
	Acima de 5.000,00	Até R\$1.600,00	13,821	0,000
		De R\$1.600,01 à R\$3.275,00	8,729	0,000
		De R\$3.275,01 à R\$5.000,00	5,586	0,000

Fonte: Resultados da pesquisa (2017).

¹ Teste *Post-Hoc* HDS de Tukey.

² Teste *Post-Hoc* de Games-Howell.

Tabela 4- Significância dos testes de diferença de média do fator Bem-estar considerando a faixa de financiamento e variáveis socioeconômicas e demográficas

Bem-estar Financeiro	
Variáveis	Sig.*
Faixa de Financiamento(1)	0
Gênero(1)	0
Possui Dependentes(1)	0
Idade(2)	0,046
Estado Civil(2)	0,031*
Escolaridade(2)	0
Ocupação(2)	0
Renda Familiar(2)	0

Fonte: Resultados da pesquisa (2017).

* e **representam nível de significância estatística 5% e 10% respectivamente.

(1)Variáveis formadas por dois grupos- Teste t.

(2)Variáveis formadas por mais de dois grupos- ANOVA.

Foram verificadas diferenças de média significativas para todas as variáveis estudadas. Os resultados indicam que os indivíduos que possuem financiamento no PMCMV das Faixas 2 e 3 (média 23,870), do gênero masculino (média 24,332) e que não possuem dependentes (média 24,046), exibem um maior bem-estar financeiro.

Quanto ao gênero, Shim *et al.* (2009) e Gutter e Copur (2011) verificaram em seus estudos que os homens possuem maiores níveis de BEF do que as mulheres. Tratando-se da variável dependentes, os resultados do presente estudo estão de acordo com o que já foi demonstrado por Penn (2007) e Kunkel (2014) que o número de crianças ou dependentes em casa se constitui em um fator que influencia negativamente o Bem-estar Financeiro.

No que tange a variável idade, verificou-se que os indivíduos mais novos, com até 29 anos, tendem a estar mais satisfeitos com as suas finanças (média 23,418) que os indivíduos mais velhos. Notou-se ainda, que quanto mais velhos, menor o BEF. Ao ser analisado o *Post-Hoc*, observou diferença de média significativa (2, 804) apenas entre os indivíduos com até 29 anos e aqueles com mais de 48 anos.

Tal achado vai de encontro ao que ao que os estudos de Xiao, Sorhaindo, Garman (2006), Plagnol (2011) e Kunkel (2014) identificaram, que indivíduos mais velhos apresentam maior bem-estar financeiro se comparados aos mais jovens. Infere-se que na presente pesquisa os mais velhos tenham apresentado menor BEF em função de que muitos possuem um nível de renda não muito elevado, e vivem com recursos de aposentadoria, tendo que em alguns casos colaborar financeiramente com familiares próximos, o que acaba por influenciar negativamente o BEF.

A análise da variável do estado civil revelou que os indivíduos casados possuem maior bem-estar financeiro (média 22,595), contrariamente, os separados são os menos satisfeitos financeiramente (média 19,500), ratificando os achados de Sumarwan (1990) e Diniz *et al.* (2014, 2015) os quais concluíram que indivíduos casados são mais propensos a serem satisfeitos com os recursos e os bens que conseguem adquirir, em relação a indivíduos solteiros, divorciados ou viúvos.

Ao averiguar a variável nível de escolaridade, constatou-se que os respondentes com maior grau de instrução foram os que apresentaram as maiores pontuações médias. Destacam-se os indivíduos com mestrado, e/ou doutorado e/ou pós-doutorado (média 26,500) e aqueles com ensino superior (média 25,628). Atenta-se ainda, para o baixo nível de bem-estar financeiro daqueles que nunca estudaram (média 15, 429) e a elevada discrepância para os indivíduos com maior nível de escolaridade. As maiores diferenças de médias significativas foram encontradas entre aqueles com Mestrado/Doutorado/Pós-Doutorado e os que cursaram o Ensino Fundamental 1ª à 4ª (9,341) e 5ª ao 9º ano (8,473), seguidas pela diferença entre aqueles com Faculdade e os que concluíram a 4ª série do Ensino Fundamental (8,469). O resultado auferido nesse estudo, vai ao encontro do que foi concluído por Lown e Ju (1992) e Diniz *et al.* (2014, 2015), os quais concluíram que aqueles com maior nível educacional tendem a ser mais satisfeitos financeiramente.

Com relação à variável ocupação, os funcionários públicos apresentaram a maior média de bem-estar financeiro (24,655) corroborando com o estudo de Diniz *et al.* (2015). Os autônomos regulares e empresários também apresentaram médias elevadas de bem-estar financeiro (24,170 e 24,067 respectivamente). De forma contrária, os freelances, que fazem bicos para manter as suas despesas e os desempregados, que não estão à procura de emprego foram os que apresentaram as menores médias (15,000 e 15,250 respectivamente).

Através do *Post-Hoc*, verificou-se que as maiores diferenças de média significativas ocorreram entre os funcionários públicos e freelances/que fazem bicos (9,654) e entre os funcionários públicos e desempregados (que não procuram emprego) (9,404). Depreende-se através dessas diferenças que a estabilidade é um ponto muito importante na determinação do BEF e que não possuir renda certa todos os meses afeta negativamente a percepção de satisfação financeira. De acordo com Plagnol (2011) estar desempregado, o que pode incluir indivíduos que não tem um emprego fixo, remete a impossibilidade de acumulação de economias e a um cenário de ansiedade relacionada com a situação financeira

Quanto à renda, constatou-se que pessoas com renda superior a R\$ 5.000,00 são as mais propensas a possuírem maior nível de bem-estar financeiro (média 29,929). Ademais, pode-se inferior que o aumento da renda é acompanhado de maior satisfação com as finanças, sendo que a maior diferença de média significativa (13,821) ocorreu entre o grupo de menor e o de maior renda. Delafrooz e Paim (2011), Gutter e Copur (2011), kunkel (2014) e Diniz *et al.* (2014) também observaram em seus estudos, que a renda tem coeficiente significativo e correlação positiva com o Bem-estar Financeiro.

Para Penn (2007), o aumento da renda familiar está diretamente relacionado com a auto percepção de segurança financeira. Vlaev e Elliott (2014), também encontraram resultado muito semelhante ao investigarem o Bem-estar Financeiro no Reino Unido com jovens trabalhadores e famílias, em que observaram que cerca de 37% dos respondentes não consideram possuir um excelente nível de BEF devido a insuficiência de renda. O quadro 4 traz uma síntese dos resultados dos testes de diferença realizados.

Quadro 4 Síntese dos resultados dos testes de diferença de média

Fator	Variáveis com diferença de média	Menor média	Maior média
Bem-estar Financeiro	Faixa de Financiamento	Faixa 1	Faixas 2 e 3
	Gênero	Feminino	Masculino
	Dependentes	Possui	Não possui
	Idade	Acima de 48 anos	Até 29 anos
	Estado Civil	Separado(a)	Casado(a)
	Escolaridade	Nunca estudei	Mest./Dout./Pós-Dout.
	Ocupação	Free-lance/Bico	Funcionário Público
	Renda Familiar	Até R\$1.600,00	Acima de R\$5.000,00

Fonte: Resultados da pesquisa (2017).

Os resultados dos testes demonstram que em todas as variáveis analisadas houve uma diferença significativa estatisticamente em pelo menos um dos grupos. Logo, pode-se inferir que a percepção, sobre o Bem-estar financeiro dos participantes do programa, é diferente de acordo com o grupo ao qual o mesmo pertence e a variável socioeconômica e demográfica analisada, ou seja, as mesmas apresentam influência sobre a percepção dos entrevistados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os investimentos habitacionais ganharam relevância na economia brasileira, principalmente devido a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o qual é um produto de política pública que deve garantir o acesso a serviços sociais mínimos, como moradia e serviços de infraestrutura urbana adequados. Todavia, tem aumentando os níveis de endividamento e inadimplência na economia, incluindo de financiamento habitacional. Desse modo o estudo teve como objetivo analisar a percepção dos beneficiários do programa Minha Casa Minha Vida quanto ao bem-estar financeiro.

Verificou-se que os respondentes sentem um nível intermediário de Bem-estar Financeiro, sendo que as variáveis que indicam maior sensação de satisfação financeira foram em relação a sentirem que terão as coisas que querem na vida, que podem aproveitar a vida devido à maneira como estão administrando o dinheiro e que estão em dia com as finanças. Percepção de bem-estar financeiro mais desfavorável foi identificada nas questões referentes a economias para o futuro e o fato do dinheiro controlar as suas vidas.

Os beneficiários pertencentes as Faixas 2 e 3, homens, casados, com maiores níveis de escolaridade, funcionários públicos, com renda acima de R\$ 5.000,00 apresentaram possuir maior alfabetização financeira. Quanto ao Bem-estar Financeiro, foram identificados maior níveis entre os que possuem financiamento no PMCMV das Faixas 2 e 3, do gênero masculino, que não possuem dependentes, com até 29 anos, casados, com maior grau de instrução, funcionários públicos, com renda superior a R\$ 5.000,00.

Diante dessas considerações, pode ser observado na pesquisa que os principais propósitos do PMCMV e conseqüentemente do Governo Federal, de prover de habitação e garantir o acesso a serviços sociais mínimos, estão sendo alcançados, pois milhares de moradias já foram entregues e os respondentes demonstraram estar muito satisfeitos com a aquisição da casa própria, apesar de aspectos relacionados a transporte e saúde precisarem ser melhorados.

Como contribuições do estudo, do ponto de vista governamental, destaca-se a necessidade de maiores investimentos no entorno das moradias. Sabe-se que a maioria dos condomínios e residências são construídos em bairros muitas vezes distantes dos centros, devido ao preço dos imóveis, contudo, é necessário que os beneficiários consigam se deslocar até o trabalho e tenham acesso a postos de saúde, serviços esses que devem ser oferecidos de forma mais efetiva pelo governo, em parceria com as prefeituras. O PMCMV é muito importante, pois gera a oportunidade de ser adquirida a casa própria, contudo, precisam ser oferecidas condições de se viver com qualidade naquele espaço.

A principal contribuição para a academia diz respeito à ampliação dos conhecimentos sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, dando ênfase ao aspecto Bem-estar Financeiro dos participantes. Como limitações do estudo, destaca-se amostra, que não tem a pretensão de generalização dos resultados, pois foram investigados apenas os beneficiários residentes na Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, mais especificamente nas três cidades com o maior número de beneficiários, sendo necessário ampliar a amostra para conhecer mais profundamente o assunto em âmbito brasileiro.

Para os próximos trabalhos, sugere-se a reaplicação do instrumento, com beneficiários de diferentes cidades, a fim de que sejam comparadas outras realidades socioeconômicas e demográficas.

6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, G. V. M. **Políticas habitacionais brasileiras: uma avaliação do Programa minha casa minha vida em suas duas edições**. 2012. 86 f. Monografia (Engenharia de Produção)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ARBER, S.; FENN, K., MEADOWS, R. Subjective financial well-being, income and health inequalities in mid and later life in Britain. **Social Science & Medicine**, v. 100, p. 12-20, 2014.

CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU (CFPB, 2015) . **Financial Well-Being: the Goal of Financial Education**. Washington, DC: Consumer Financial Protection Bureau, 2015. Disponível em: <http://files.consumerfinance.gov/f/201501_cfpb_report_financial-well-being.pdf>. Acessado em: jan. 2017

_____. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF, 2015a). **Manual do Programa Minha Casa Minha Vida- Entidades Recursos FDS**, 2015. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/MANUAL_MCMV_ENTIDADES.pdf>. Acessado em: abril . 2017.

_____. (CEF, 2015g). **Minha Casa Minha Vida - Recursos FAR**, 2015. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/Programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx#como-funciona>>. Acessado em: abril . 2017

_____. (CEF, 2015i). **Caixa de Olho na Qualidade Minha Casa Minha Vida. Perguntas e respostas**, 2015. Disponível em: < <http://mcmv.caixa.gov.br/perguntas-e-respostas/>>. Acesso em: 30 dez. 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) - dezembro 2015**, 2015. Disponível em:<<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-13>>. Acessado em jan. 2017.

_____. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) - dezembro 2016**, 2016. Disponível em:<http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/analise_peic_dezembro_2016.pdf>. Acessado em jan. 2017.

CHAN, K.Y. K.; CHAN, S. F.; CHAU, A. W. L. Financial knowledge and aptitudes: impacts on college students' financial well-being. **College Student Journal**, v. 46 , n. 1, p.114, 2012.

CHUAN, C. S.; KAI, S. B.; KOK, N. K. Resource transfers and financial satisfaction: a preliminary correlation analysis. **Journal Of Global Business and Economics**, v. 3, n. 1, p. 146-156, 2011.

CUNHA, S. **Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Parnamirim-RN: uma avaliação de impacto a partir da satisfação dos moradores do residencial Iderval Medeiros**. 2012. 109 f. Monografia (Gestão de Políticas Pública)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

DELAFFROOZ, N.; PAIM, L. H. Determinants of financial wellness among Malaysia workers. **African Journal of Business Management**, v. 5, n. 24, p. 10.092-10.100, 2011.

- DINIZ, A. P. C. **Bem-estar Financeiro: uma análise multifatorial do comportamento maranhense**. 2013. 148f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.
- DINIZ, A. P. C. *et al.* Influência das variáveis socioeconômicas e demográficas no Bem-estar Financeiro: um estudo do comportamento maranhense. **Revista Uniabeu**, v. 7, n. 17, p. 218-234, 2014.
- DINIZ, A. P. C. *et al.* Bem-estar Financeiro: uma análise multifatorial do comportamento maranhense. **Estudos do CEPE**, n. 42, p. 186-202, 2015.
- DOWLING, N. A.; TIM, C.; HOILES, L. Financial management practices and money attitudes as determinants of financial problems and dissatisfaction in young male Australian workers. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 20, n. 2, 2009.
- FALAHATI, L.; SABRI, M. F.; PAIM, L. H. J. Assessment a model of financial satisfaction predictors: examining the mediate effect of financial behaviour and financial strain. **World Applied Sciences Journal**, v. 20, n.2, p. 190-197, 2012.
- GUTTER, M.; COPUR, Z. Financial behaviors and financial well-being of college students: evidence from a national survey. **Journal of Family and Economic**, v. 32, n. 4, p. 699-714, 2011.
- KUNKEL, F. I. R. **Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: uma análise multifatorial**. 2014. 261f. Dissertação (Mestrado em Administração)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.
- LEACH, L. J.; HAYHOE, C. R.; TURNER, P. R. Factors affecting perceived economic well-being of college students: a gender perspective. **Financial Counseling and Planning**, v. 10, n. 2, p. 11-24, 1999.
- LOWN, J. M.; JU, I. S. A model of credit use and financial satisfaction. **Financial Counseling and Planning**, v. 3, p. 105-125, 1992.
- LUSARDI, A.; TUFANO, P. Debt Literacy, Financial Experiences, and Overindebtedness. In: **National Bureau of Economic Research**, Cambridge, 2009. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w14808.pdf>>. Acessado em: jan. 2017.
- LYONS, A. C.; YILMAZERT, T. Health and financial strain: evidence from the survey of consumer finances. **Southern Economic Journal**, v. 71, n. 4, p. 873-890, 2005.
- MALONE, K.; STEWART, S. D.; WILSON, J.; KORSCHING, P. F. Perceptions of financial well-being among american women in diverse families. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 31, n. 1, p. 63-81, 2010.
- MATTAR, F. **Pesquisa de Marketing: metodologia e planejamento**. 6 Ed., São Paulo: Atlas, 2005.
- MENDES-DA-SILVA, W.; NAKAMURA, W. T.; MORAES, D. C. Credit card risk behavior on college campuses: evidence from Brazil. **BAR Brazilian Administration Review**, v. 9, p. 351-373, 2012
- _____. (OECD, 2013b). Financial literacy and inclusion: Results of OECD/INFE survey across countries and by gender. **OECD Publishing**. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/TrustFund2013_OECD_INFE_Fin_Lit_and_Incl_SurveyResults_by_Country_and_Gender.pdf>. Acesso em: abr. 2017.

- NORVILITIS, J. M.; MERWIN, M. M.; OSBERG, T. M.; ROEHLING, P. V.; YOUNG, P.; KAMAS, M.M. Personality factors, money attitudes, financial knowledge, and credit-card debt in college students. **Journal of Applied Social Psychology**, v.36, n.6, p. 1395-1413, 2006.
- O'NEILL, B.; SORHAINDO, B.; XIAO, J. J.; GARMAN, E. T. Financially distressed consumers: their financial practices, financial well-being, and health. **Financial Counseling and Planning**, v. 16, n. 1, p. 73-87, 2005.
- PENN, D. A. Financial well-being in an urban area: an application of multiple imputation. **Department of Economics and Finance Working Paper Series**, p. 1-28, 2007.
- PICCINI, R. A. B.; PINZETTA G. Planejamento Financeiro Pessoal e Familiar. **Unoesc & Ciência - ACSA**, v. 5, n. 1, p. 95-102, 2014.
- PLAGNOL, A. C. Financial satisfaction over the life course: the influence of assets and liabilities. **Journal of Economic Psychology**, v.32, p. 45-64, 2011.
- PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS. **Indicadores sobre Minha Casa Minha Vida**, 2015. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 24 out. 2015.
- PORTER, N. M.; GARMAN, E. T. Testing a conceptual model of financial well-being. **Financial Counseling and Planning**, v. 4, p. 135-165, 1993.
- RIZEK, C. S.; AMORE, C. S.; CAMARGO, C. M. Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o Programa Minha Casa Minha Vida “entidades”. **Caderno CRH**, v. 27, n. 72, p. 531-546, 2014.
- SANTOS, A. C.; SILVA, M. Importância do planejamento financeiro no processo de controle do endividamento familiar: um estudo de caso nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe. **Revista Formadores: Vivências e Estudos**, v. 7, n. 1, p. 05-17, 2014.
- Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades (SNH/MCidades). **Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3298/1/Pesquisa%20de%20satisfa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20benefici%C3%A1rios%20do%20Programa%20Minha%20Casa%20Minha%20Vida.pdf>>. Acessado em: março 2017.
- SHAMBARE, R.; RUGIMBANA, R. An exploratory study of selected university students in South Africa. **Thunderbird International Business Review**, v. 54, n. 4, p. 581-590, 2012.
- SHIM, S.; XIAO, J. J.; BARBER, B. L.; LYONS, A. C. Pathways to life success: a conceptual model of financial well-being for young adults. **Journal of Applied Developmental Psychology**, v.30, p. 708-723, 2009.
- SUMARWAN, U. **A Managerial System Approach to Factors Influencing Satisfaction With Households' Financial Status**. 1990. 123 f. Thesis (Master of Science), Iowa State University, Ames, Iowa, 1990.
- SHIMIZU, J. Y. **Projeção de impactos econômicos do Programa Minha Casa, Minha Vida: uma abordagem de equilíbrio geral computável**. 2010. 89 f. Dissertação (Mestrado em Economia)– Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- VLAEV, I.; ELLIOTT, A. Financial Well-Being Components. **Social Indicators Research**, v. 118, n. 3, p. 1103-1123, 2014.

XIAO, J. J.; SORHAINDO, B.; GARMAN, E. T. Financial behaviors of consumers in credit counseling. **International Journal of Consumer Studies**, v. 30, n. 2, p. 108-121, 2006.

ZERRENNER, S. A. **Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda**. 2007. 57 f. Dissertação (Mestre em Ciências Administrativas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007